

## **FAMÍLIA COMO SUJEITO NA HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA SOBRE O CONTEMPORÂNEO E O TEMPO PRESENTE**

### **FAMILY AS SUBJECT IN THE DIDACTICAL HISTORIOGRAPHY ABOUT THE CONTEMPORARY AND THE PRESENT TIME**

Itamar Freitas<sup>1</sup>  
Margarida Maria Dias de Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata do sentido de família, representado textual e iconograficamente nos livros didáticos de história destinados ao ensino fundamental no Brasil. Com ele, dissertamos brevemente sobre a família como sujeito histórico e a presença da família na historiografia didática para adolescentes. Após análise imagética e procedimentos quantitativos, concluímos que o lugar da família nesse gênero textual formativo é marcado por uma assimetria entre os diferentes arranjos vividos pelos alunos e o predomínio do modelo nuclear expresso pelos autores de livros didáticos. O discurso da grande mídia, da Igreja e da maioria dos partidos políticos é um dos responsáveis pela contradição entre a imagem “sofredora” do ente família e a interdição de um tipo de família, bastante comum entre os alunos dos anos finais da escolarização básica: a família do tipo monoparental.

**Palavras-chave:** Família; Ensino de História; Livro didático.

**ABSTRACT:** This paper treats the meaning of family, represented textually and iconographically in the history textbooks for elementary school in Brazil. With it, we talk briefly about the family as a historical subject and its presence in didactical history to teenagers. After imagery analysis and quantitative procedures, we conclude that the place of the family in this formative genre is marked by an asymmetry between the different arrangements experienced by students and the predominance of the nuclear model expressed by the authors of textbooks. The discourse of the mainstream media, the church and most of the political parties is one of those responsible for the contradiction between the "suffering" image of family and the prohibition of a type of family, quite common among students in the final years of basic education: the family of single parent.

**Keywords:** Family; History Teaching; Textbook.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e aluno do doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP-2006) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGH/UnB-2014). E-mail: itamarfo@gmail.com

<sup>2</sup> Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: margaridahistoria@yahoo.com

## **Introdução**

O que é uma família? O que a historiografia didática difunde como família para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental? Família é sujeito histórico? Essas questões, propostas neste artigo, reúnem dois objetos frequentes na literatura sobre ensino de história, embora pouco discutidos de forma relacional: família-livro didático.

Ainda assim, o binômio família-livro didático não é matéria inédita, dentro ou fora dos estudos históricos. A literatura dos últimos cinco anos tem apontado a ausência das famílias homoparentais nos materiais escolares, situação que legitima e reforça a heteronormatividade (VIANA; RAMIRES, 2008) e o modelo patriarcal (LIONÇO; DINIZ, 2009). Do mesmo modo, tem anunciado os avanços, em termo de incorporação de políticas públicas, que sugerem a inclusão de arranjos familiares contemporâneos, bem como as flagrantes limitações dos autores e editores de livros didáticos nesse sentido (SILVA, 2013).

A abordagem que propomos visa compreender como e por que são classificados, delimitados, enfim, representados (CHARTIER, 1990) os novos sujeitos da história – negros, índios, gays, mulheres, crianças, entre outros – que emergem das mudanças na historiografia, da pressão dos movimentos sociais e dos desdobramentos da legislação inclusiva dos últimos dez anos, sobretudo. O objeto família situa-se no cruzamento de outro campo dos nossos interesses: a história do contemporâneo e do tempo presente, aqui entendido como o tempo vivido pelo historiador, mas também um intervalo que reúne as experiências demarcadas temporalmente pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, fim do Socialismo real e o atentado terrorista conhecido como “11 de Setembro” (NOIRIEL, 1998; ARÓSTEGUI, 2004).

Em acordo com esses interesses, portanto, o artigo recolhe como fontes as seis coleções de livros didáticos de história que mais demonstraram indícios de incorporação de novos atores sociais, principalmente a população GLBT (SILVA, 2013), dentre as coleções distribuídas pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD entre 2010 e 2012, estruturando os resultados da investigação em três partes: família como sujeito histórico na historiografia brasileira, historiografia sobre família e representações da família contemporânea no livro didático.

## **Família como sujeito histórico**

O que é uma família? No senso comum, o sentido de família está imediatamente ligado a laços de sangue ou relações biológicas. Os dicionários antigos, porém, privilegiavam a ideia de “coabitação”, em detrimento desse tipo de relação. Família, afirma Sheila Faria, englobava toda “gente da casa” (FARIA, 1997: 242) e, como bem sabemos, “toda a gente da casa” nem sempre é parente em primeiro, segundo ou terceiro grau.

A situação oposta também é verdadeira. Pode, sim, haver família com membros morando em casas separadas, no passado distante e no presente recente. A ideia de residência como pressuposto denota certa confusão entre família e grupo doméstico – que é uma “unidade de residência, de reprodução e de consumo” (GHASARIAN, 1999: p. 41). No entanto, como veremos adiante, esse refinamento teórico não é respeitado na literatura didática. Da vulgata antropológica, porém, sobrevive a ideia de que família é uma associação de parentes e que, ao longo de milênios, as sociedades têm criado e partilhado soluções diferentes para tais ligações: a sexualidade, a descendência e a fraternidade (GHASARIAN, 1999).

Independentemente das variáveis que constam em nossas utensilagens mentais, na literatura das ciências sociais e nos dicionários de sinônimos, podemos entender família também como um sujeito histórico, ou seja, “uma entidade múltipla e variável” que cria uma ideia, toma a decisão de efetuar-la ou que executa uma ação histórica (ARÓSTEGUI, 200, p. 330-331). Além disso, podemos antropomorfizar a família como fazem os autores/editores de livros didáticos – seguindo a prática de todo historiador quando inventa a maioria dos seus objetos – e considerá-la, a exemplo do indivíduo pessoal de Rüsen (2001), um ser no mundo, para o qual só há uma condição de existir: agir e sofrer.

Para Marisa Teruya (2000, p. 1), esse, agora, sujeito histórico é concebido por especialistas de diferentes campos teórico-metodológicos como “instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade”. Dessa forma, se considerarmos a relação individual-coletivo como um dos mais caros objetos do historiador, entenderemos a “instituição” família também como um indivíduo que medeia relações entre outros indivíduos: o individual pessoal com o coletivo sociedade e o individual pessoal com o institucional Estado, por exemplo.

Mas, nem sempre foi assim. Nos últimos 200 anos, historiografia já assistiu ao desfile dos mais diferentes tipos de sujeitos, como explicitamente citados nesta última frase: o individual pessoal, seja na pele do “herói” (CARLYLE, 1848), seja na pele do “grande homem” (NIETZSCHE, 2005), tão criticados por Georgi Plekhanov (1995, p. 192), a classe (MARX, s.d), o Estado (RANKE, 1979), os anônimos, retratados pela história “vista de baixo” (SHARPE, 1992) e na “história das mulheres” (SCOTT, 1992).

Esses tipos reduzidos, como também as definições que os fundamentaram, repercutiram na historiografia brasileira. Limitando-nos, apenas, aos grandes explicadores – grandes porque abonados pelas obras historiográficas de síntese – podemos afirmar que o Estado está para Francisco Adolpho Varnhagem assim como a classe está para Nelson Werneck Sodré, o povo para José Honório Rodrigues os anônimos para Ronaldo Vainfas e as mulheres para Mary Del Priori.

E a família, o que tem a ver com esse brevíssimo inventário de sujeitos? A família somente teve um defensor de peso no Brasil, até o início da década de 30 do século passado: Gilberto Freyre. O pernambucano explicitou essa originalidade no famoso *Casa grande & Senzala* – que tem como subtítulo a indiciária frase: “Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal”. Para ele, “a formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização de família, que foi aqui a unidade colonizadora” (FREYRE, 1966, p. xix).

A “família” de Freyre, consolidada, segundo o autor, no século XVIII, fez fama na historiografia erudita, foi traduzida em dezenas de países, foi legitimada pela historiografia cultural recente e entrou para a historiografia didática.

Ainda que não tenha figurado como modelo de inteligibilidade para os quatro séculos requisitados por seu autor, a família freyriana permaneceu explicando grande parte do período colonial, sendo somente reprimida com o predomínio da ideia de classe que atingiu o posto de mais significativo explicador do Brasil, a partir dos anos 1980. A desgraça do sujeito família (de Freyre), protagonizada, em grande medida, pelo sujeito classe (dos marxistas) foi também a sua vitória entre os estudos de família. Não sem razão, os estudiosos reconhecem que as pesquisas sobre família no Brasil sempre voltam a Freyre, para confirmá-lo, revisá-lo ou para contestá-lo (TERUYA, 2000; SAMARA, 1989; 1997; FARIA, 1997). Mas, eles não gravitam apenas em torno de

Freire. Os especialistas no assunto também seguem a periodização tripartite partilhada por autores de diferentes áreas do conhecimento em outros países: a família extensa, a família nuclear e a família monoparental<sup>3</sup>.

### **Família e historiografia didática para adolescentes**

Como anunciamos na introdução, a busca sobre os sentidos de famílias foi concentrada nas obras que mais demonstram indícios de inclusão com relação aos novos atores sociais, com destaque para a população GLBT (SILVA, 2013): as coleções: *História: das cavernas ao terceiro milênio* (BRAIK e MOTA, 2006), *História temática* (CABRINI; CATELLI JÚNIOR e MONTELATTO, 2009), *Saber e fazer História: história geral e do Brasil* (COTRIM e RODRIGUES, 2009), *Nova história: conceitos e procedimentos* (DREGUER e TOLEDO, 2009), *História em projetos* (OLIVEIRA; FERRARESI e SANTOS, 2009), e *História em documento, imagem e texto* (RODRIGUES, 2009).

Nessas coleções, acreditamos encontrar as maiores possibilidades de problematização da ideia de família, bem como os mais significativos indícios do seu agir e sofrer no mundo, no tempo presente, tempo no qual ocorreram as mais importantes mudanças na estrutura da família moderna. Por isso, a coleta de dados foi empreendida apenas no quarto volume de cada coleção, que trata dos séculos XX e XXI<sup>4</sup>.

Para não desprezar parte das informações contidas nos referidos volumes, que apresentam ou revisam acontecimentos do século XIX, incluímos, portanto, acontecimentos que antecedem a Segunda Guerra Mundial, razão pela qual alteramos o título original do artigo – de “tempo presente” para “contemporâneo e tempo presente”

---

<sup>3</sup> A família extensa ou pré-moderna inclui os pais, prole, parentes de várias gerações e diferentes tipos de agregados não consanguíneos, sob o mesmo teto e a autoridade de um mandatário. Na família nuclear burguesa, inventada na passagem do século XVIII e XIX, um casal e a prole são os elementos centrais. Na família contemporânea, que ganhou visibilidade, sobretudo a partir da década de 1960 do século XX, paradoxalmente, sua característica é o desconhecimento das suas características, ou seja, a constatação da sua polimorfia.

<sup>4</sup> Na coleta, selecionamos e transcrevemos trechos – linhas, parágrafos, até – que incluíam a palavra família e copiamos as imagens diretamente referenciadas pelo termo – por legenda, texto principal, texto secundário. Os textos e imagens foram tabulados mediante planilhas do Programa *Access*, interpretados e comparados, segundo campos que incluíam tempo referenciado, espaço referenciado, conteúdo substantivo do qual faz parte na proposta curricular da obra, sentido de família, periodização no contemporâneo e no tempo presente e natureza do protagonismo. Aqui, empregamos os procedimentos indicados na análise de conteúdo professada (BARDIN, 1971).

– e a classificação temporal – inserindo os períodos “pré-guerras” e “entreguerras” – que respondem às principais questões deste texto: o lugar da família nas narrativas, os sentidos de família e as singularidades da condição de sujeito histórico da qual as mesmas são investidas.

### **Família no tempo e no espaço das coleções**

Considerando, inicialmente, a conformação básica dos livros didáticos, podemos perceber que, nos títulos citados, a referência ao termo “família” está presente nos textos principais (44%), textos complementares (34%) e nos exercícios (22%) dos volumes dedicados ao tempo presente. Esses números demonstram que a família, de forma explícita, frequenta os principais elementos constitutivos do livro didático de história. Ao todo, descontando-se as repetições verificadas em um mesmo tópico ou subcapítulo, encontramos 137 ocorrências.

Outra característica importante é quanto ao tipo de texto sob o qual é veiculado o termo. Cerca de 85% das referências são escritas, e o restante é registrado por imagens, algumas das quais com referência inscrita, concomitantemente, nas imagens e nas respectivas legendas. Apesar da predominância do escrito, não encontramos discussão pormenorizada. Apenas um tópico do texto principal transformou a família em um dos assuntos do título, mas que não cumpriu o anunciado.

No que diz respeito à quantidade de referências por coleção, percebemos grandes disparidades. A que mais expressa o termo família apresenta mais que o dobro (36) da que menos o fez (14). A coleção organizada por temas – as demais organizam conteúdos de forma integrada – é a que menos emprega o termo.

Quanto ao espaço relacionado à referência família, percebemos que o Brasil abriga as maiores situações (61%), enquanto as demais menções são distribuídas entre diversos países da América – Estados Unidos, Nicarágua e México –, Europa – Alemanha, Armênia, Holanda, Inglaterra, Itália, Rússia, Sérvia e União Soviética – África – África do Sul e Senegal – e Ásia – China, Índia, Irã, Israel, Palestina e Vietnam.

Os recortes temporais são contemplados de maneira também desigual, ficando o período pós Segunda Guerra (1945) com o maior número de citações (53%), seguido

pelo tempo (1917) anterior à Grande Guerra (24%) e ao tempo (1917-1945) entre guerras (23%).

Sabemos que esses números não dizem muito sobre os sentidos de família, mas podem confirmar determinadas regularidades a respeito das situações e dos significados mais recorrentes. Vejamos, então, os sentidos expressos no conjunto dos excertos inventariados.

### **Os sentidos de família**

Se considerarmos o sentido literal, seja por meio da escrita, seja por meio das imagens, podemos afirmar que a maior parte das referências (81%) não explícita, ou não possibilita uma classificação objetiva, segundo a tipologia tripartite anunciada no início deste texto. Os casos restantes indicam 6 ocorrências de família extensa, 19 de família nuclear e apenas 1 de família monoparental.

Se considerarmos os contextos nas quais as frases e imagens foram estruturadas – datas tópicas e cronológicas, nomes próprios, entre outros –, poderemos identificar boa parte dos sentidos que, possivelmente, o narrador desejou, direta ou indiretamente, produzir nas mentes dos seus leitores. Mas, vejamos em primeiro lugar, os casos explícitos.

O tipo mais frequente foi o da família nuclear, submetida ao recorte de classe. Como é frequente a abordagem classista, é provável que a mesma explique a generalidade da família nuclear, presente na condição de núcleo primordial de organização social, política e econômica no século XX, isto é, as famílias nucleares são “burguesas”, como a "Família Aquino Fonseca, da elite pernambucana, reunida para a leitura de revistas francesas" (OLIVEIRA *et. al.*, 2009, p. 39), são “trabalhadoras” como a "Família imigrante japonesa na colônia Registro (SP)" (OLIVEIRA *et. al.*, 2009, p. 42) ou de “classe média”, inglesa, “assistindo à televisão” (RODRIGUES, 2009, p. 211).

O segundo tipo mais numeroso é a família extensa, entendida como unidade de organização política e sobrevivência perversa de padrões pré-modernos, na Europa e no Brasil. São os casos da família do Coronel Donnel, no Piauí (RODRIGUES, 2009, p. 19), da família Terra Cambará, no Rio Grande do Sul (RODRIGUES, 2009, p. 20) e da família de camponeses de Kalemberg – Alemanha, retratada por A. Wissel, em 1939 (CABRINI, 2009, p. 205).

O exemplo da família piauiense é, inclusive, empregado como exercício:

O coronel Donnel e sua família posam para o fotógrafo em frente à sua residência em Parnaguá, no sertão do Piauí, em 1912.  
*Que impressão a fotografia dá sobre a posição econômica e social do coronel? Qual a importância do coronel na vida política da República Velha?* (RODRIGUES, 2009, p. 19) (Grifos do autor).

Por fim, o único tipo explícito de família monoparental. Aqui, trata-se de uma imagem, acompanhada de legenda, que apresenta uma “família utilizando computador em residência” (DREGUER; TOLEDO, 2009, p. 27). A cena retratada sugere uma clássica formação contemporânea de família – mãe e dois filhos –, mas também deixa entrever sobrevivência da família nuclear, apresentando, talvez, a mulher em sua condição de mãe, responsável direta pela educação dos filhos.

Deixando esses casos explícitos de classificação, vejamos agora aqueles exemplos de referência geral à família e o que pudemos interpretar a partir dos respectivos contextos.

A maioria esmagadora dessas menções denota família nuclear, fundada em laços de sangue, no poder do pai e composta por membros de duas gerações – pais e filhos. Dentro dessas rubricas, as famílias são apresentadas como núcleo de organização política, social e econômica, predominantemente. Três citações ilustram nossas assertivas.

A família de Pierre-Joseph Proudhon, ideólogo socialista, por exemplo, é vista como unidade de organização social e econômica para a qual o sujeito em foco representa o futuro homem, seu auxiliar provedor – “Proudhon [...] muito cedo, começou a trabalhar numa tipografia para ajudar a família [...]” (CABRINI et. al., 2009, p. 169).

A família também aparece como forma básica de organização social, quando é alvo do planejamento econômico estatal do governo Vargas – o “Salário mínimo... [deveria] atender às necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte de uma família” (OLIVEIRA et. al, 2009, p. 71) – ou do governo Clinton – em 2004, “um quarto das famílias dos Estados Unidos [...] podem ser classificadas (*sic*) como pobres e não são atendidas em muitas das suas necessidades básicas [...]” (OLIVEIRA et. al, 2009, p. 259).

Essa interpretação também está presente nos textos que exploram o caráter inclusivo da Constituição Brasileira de 1988 – "De acordo com a Constituição, *é dever da família, da sociedade e do estado garantir com absoluta prioridade os direitos das crianças e dos adolescentes...*" (COTRIM; RODRIGUES, 2009, p. 291) – e nas mudanças de hábito das famílias de classe média – "Nas cidades, o número de famílias que tinham um televisor em casa passou de 9,5% em 1960 para 40% em 1970" (COTRIM, 2009, p. 225).

De forma geral, as famílias simplesmente são – em si mesmas – e raramente estão. Dizendo de outro modo, nos exercícios, as famílias são instadas a colaborar com os alunos; são fontes sobre o consumo, mas não são informantes sobre as mudanças e permanências nas suas próprias configurações.

Nos textos principais e complementares, da mesma forma, raramente são abordadas as mudanças ocorridas na forma desse ente mediador entre o indivíduo pessoal e a sociedade, como nestes exemplos: "Hoje, no Brasil, um quarto das famílias é chefiado por mulheres" (COTRIM; RODRIGUES, 2009, p. 57); "[...] as mulheres trabalhadoras se reuniram para exigirem melhores condições de trabalho e de vida para elas e suas famílias" (OLIVEIRA *et. al*, 2009, p. 198).

Além dessa mudança interna – embora ainda seja empregado o termo "chefe de família" –, flagramos dois tipos de crítica. As primeiras são apresentadas indiretamente. São, por exemplo, a extensão do sentido de família, na Rússia pré-revolucionária, de laços de sangue para relações de amizade, flagrada no depoimento de Máximo Gorki (1906) – "Não teremos melhor sorte enquanto não nos sentirmos camaradas, não formarmos uma família de amigos, estreitamente ligados por um mesmo desejo" (DREGUER; TOLEDO, 2009, p. 33) – e a menção ao inconformismo manifestado durante o movimento da "Contracultura", em 1960, nos Estados Unidos, em relação à família nuclear burguesa:

Esses jovens consideravam a organização familiar como modelo e base do autoritarismo presente na sociedade. Recusando esse modelo, na maioria das comunidades os casais adotavam o "amor livre", ou seja, admitiam parceiros sexuais ocasionais. Os homossexuais eram aceitos sem preconceitos. Em geral, as crianças eram cuidadas por todos, por serem consideradas filhas de toda a comunidade, e não apenas por seus pais biológicos (DREGUER; TOLEDO, 2009, p. 76).

O segundo tipo de crítica – a crítica mais explícita – evidencia os distanciamentos entre a norma burguesa e as práticas da maioria dos sujeitos concretos no Brasil:

Embora o discurso dominante pregasse às mulheres uma norma elaborada pelas elites sobre o papel da esposa e de dona de casa [...] a maioria das mulheres vivia relações conjugais consensuais, sem uma presença masculina efetiva no lar, ou convivia com companheiros que não tinham um trabalho nem efetivo nem regular. Juntamente com os serviços domésticos realizados da maneira mais dura e tradicional, cuidavam dos filhos e exerciam várias atividades ao mesmo tempo para prover a própria subsistência e a da família (MALUF; MOTT, 1998, p. 400-2, apud DREGUER; TOLEDO, 2009, p. 108).

Em síntese, a crítica explícita à ideologia da família nuclear burguesa é mediada pela preocupação com os novos papéis que a mulher assume a partir da década de 60 do século passado, em vários lugares do mundo. É fácil constatar que este traço corresponde às abordagens recentes sobre a periodização da história da família, como apresentamos no segundo tópico deste trabalho.

A exceção dessas últimas citações, família, portanto, nos textos principais e complementares, como também nos exercícios, é majoritariamente a nuclear, naturalizada, unidade de produção econômica, alvo do poder do Estado, da Igreja e do capitalismo, mecanismo de socialização que, por isso mesmo, deve ser protegida. Esse sentido está impregnado em algumas das expressões populares, comuns nos livros de história para os anos iniciais do ensino fundamental, tais como: “família é um ser primordial à sobrevivência da sociedade” e “família, todo mundo tem”.

Mas, família não é este ser neutro e bondoso. Como sujeito, família sofre e age e age, nem sempre, conforme os princípios democráticos difundidos na vulgata histórica dos livros didáticos – vontade da maioria, respeito à diferença, defesa dos direitos humanos. Isso é percebido quando interrogamos as fontes a respeito das situações de protagonismo nas quais as famílias estão envolvidas.

### **Família como sujeito histórico**

Qual a natureza da família? O que as famílias fazem? O que as famílias sofrem? Essas condições inserem as famílias no *status* de sujeitos históricos. Antes de responder, permitam-nos uma digressão necessária<sup>5</sup>.

As rubricas minoritárias, nas quais podemos classificar as referências à expressão família, foram as de gênero, raça e gentílico. As duas primeiras são raríssimas – família de mulher palestina, família de menina trabalhadora, família negra, família chefiadas por mulheres. As famílias relacionadas ao povo ou nação de procedência são mais frequentes: famílias “russa”, “africana”, “alemã”, “chinesa”, “palestina” e “turca”. A maioria dos coletivos, entretanto, é expressa no masculino, como normatiza a língua portuguesa, obviamente: família de trabalhadores, migrantes, camponeses, entre outros.

Isso fica muito claro quando submetemos as menções aos grupos condição social e/ou de classe e ocupação profissional. Assim, encontramos a família do “agricultor”, “camponês”, “colono”, “fazendeiro”, “operário”, “soldado”, “tenente” e “trabalhador” e, ainda, a família consumista, dominante, rica, abastada, da camada média, da classe média, pobre, abaixo da linha de pobreza, das regiões menos favorecidas, dos camaradas, jagunços, cangaceiros, dos refugiados, desaparecidos, famintos, miseráveis, prisioneiros, sem terra, sem teto, *hippies*, a família do “salário mínimo” de Vargas, da integralista “Marcha da família com Deus pela liberdade” e do “Bolsa Família” de Lula.

Pelos predicados é fácil identificar as possibilidades de protagonismo. Elas são ainda mais evidentes quando situamos uma série de famílias relacionadas a importantes acontecimentos do século XX, como a família Matarazzo e as famílias de Nicolau II, de Anne Frank, John Kaynes, Maomé, Lampião, Somoza.

Tomemos agora este quadro como indicador significativo das mais frequentes referências e vejamos, finalmente, quais os graus de protagonismo perceptíveis nas menções às famílias nos livros didáticos de história, consideradas em sua posição no tempo da narrativa que põe ênfase no trauma das guerras dos séculos XX e XXI. É

---

<sup>5</sup> O que fazemos aqui pode parecer – e é – uma espécie de antropomorfização do nosso objeto – família. Mas, é importante declarar que a antropomorfização é prática dos autores/editores e ação corrente entre os escritores da historiografia acadêmica. O que fazemos é apenas legitimá-lo dentro de uma teoria da história, isto é, dentro da teoria da história professada por Rüsen (2001).

importante deixar claro que a “condição” informada no quadro é interpretada, a partir do contexto oferecido pela coleção.

**Quadro n. 1 - Família como sujeito histórico na historiografia didática**

<b>Tempo</b>	<b>Sujeito histórico</b>	<b>Condição</b>
Pré-guerras	Família de jagunços de Canudos	Agente/sofredora
	Família de Lampião	Agente/sofredora
	Família de trabalhador rural do Cariri-CE	Agente/sofredora
	Família imigrante japonesa	Agente
	Família Matarazzo	Agente
	Família de jagunços do Contestado	Agente/sofredora
Entreguerras	Família de trabalhador do café	Agente
	Família da mulher trabalhadora	Sofredora
	Família do “salário mínimo” de Vargas	Sofredora
	Família de Anne Frank	Sofredora
	Família alemã	Sofredora
Guerra Fria (ou pós-Segunda Guerra Mundial)	Família russa	Sofredora
	Família de trabalhador da comuna chinesa	Agente
	Família hippie	Agente
	Família consumista estadunidense	Sofredora
	Família da “Marcha da família”	Agente
Pós-Guerra Fria (ou Pós-queda do socialismo real)	Família de “desaparecidos”	Sofredora
	Família de classe média	Sofredora
	Família pobre dos Estados Unidos	Sofredora
	Família consumista afegã	
	Família de palestino	
	Família de Jean Charles	
	Família de “sem terra”	
Família do “Bolsa família”		

Fonte: Elaborado pelo autor (Freitas, 2013).

A família de jagunços de Canudos, assim como a família de jagunços do Contestado são, concomitantemente, agentes e sofredores. São famílias fundadas no pátrio poder, vítimas da miséria provocada por atores, como o latifúndio (Canudos) e o capital internacional (Contestado). Ambas, entretanto, reagem por armas e engrossam as fileiras de beatos messiânicos, abalando, ainda que por um curto período, a dominação oligárquica do norte e do sul do país.

O mesmo pode-se dizer da família do agricultor da região do Cariri cearense, que reforçou o séquito do Padre Cícero e da família “Ferreira do Riacho”, que produziu Lampião e que também compôs o grupo de descontentes próximos ao líder do Juazeiro do Norte. Curioso é notar que os ideais de sangue e de honra medievais são, de certa forma, tolerados diante da opressão sofrida pelas famílias: é um mal menor para erradicar um mal maior.

A família imigrante japonesa e a família Matarazo, ao contrário, são apenas agentes, protagonistas do progresso econômico brasileiro. A primeira modificou as relações de produção no campo e a última introduziu a industrialização no Brasil.

No período entreguerras, como apresentado no quadro n. 1, temos apenas um agente, a família do trabalhador do café que iniciou um modelo de unidade de produção, ajudando também a modernizar as relações de trabalho que, até então, mantinham resquícios do escravismo. As demais – as famílias da mulher trabalhadora, do “salário mínimo” de Vargas, de Anne Frank, alemã e russa –, são sofredoras, respectivamente, da expropriação capitalista, do estado assistencialista, do estado autoritário de Hitler e de Stalin.

No tempo seguinte, limitado entre o término da Segunda Guerra e o fim do “socialismo real”, a família do trabalhador da comuna chinesa ajuda a construir um novo sistema econômico-político, algo também tentado – em escala e planos bem diferentes, é claro – pelos *hippies* em suas comunidades alternativas. O mesmo tenta, com pleno êxito, a família de classe média, católica da então capital do Brasil – Rio de Janeiro –, quando protesta contra as chamadas “reformas de base”, em andamento no governo João Goulart.

Mesma sorte, segundo o contexto fornecido pela amostra, não teve a família de presos políticos, vítimas do autoritarismo civil-militar dos anos 70 do século passado, sobretudo, e as famílias de classe média dos Estados Unidos nos anos 1950 e do Brasil do governo Médici, ambas aliciadas pelo consumismo capitalista da época.

No período pós-Guerra Fria, o capitalismo continua fazendo as suas vítimas. Desta vez, o consumo é estimulado entre famílias afegãs, recém libertas da guerrilha de fundo socialista, criando, contraditoriamente, situações de miserabilidade entre as próprias famílias dos Estados Unidos.

O capitalismo também faz surgir a família sem-terra, beneficiada por ações estatais como os programas de reforma agrária e do “Bolsa Família”. Curioso lembrar que as mesmas famílias ativas, ao reivindicarem a reforma agrária, foram, neste período, substituídas linguisticamente por um indivíduo muito mais poderoso: o movimento de trabalhadores rurais sem-terra.

Por fim, também o capitalismo é o grande responsável pelo sofrimento de famílias, quando apoia disputas religiosas, fazendo vítimas entre unidades palestinas. Até um brasileiro que nada tem a ver com o terrorismo internacional – Jean Charles – é

o sofredor. Nesse caso, a sua família apresenta-se como um valoroso agente na defesa dos direitos humanos.

### **Conclusões**

Neste artigo, tentamos demonstrar que a família, em sua condição de sujeito histórico, está presente na historiografia didática, ainda que a classe e os anônimos tenham predominado na historiografia erudita nos últimos 20 anos. Essa presença, minoritária, evidentemente, é marcada por uma assimetria entre a configuração da família do presente e a experiência familiar narrada nos livros didáticos, ou seja, a família monoparental e os diferentes arranjos encontrados no nosso cotidiano não encontram espaço nas narrativas escolares empregadas na formação de pessoas.

Isso quer dizer, então, que os autores e editores estão desatualizados ou negligenciam, deliberadamente, a realidade de milhares de grupos estruturados sob mais diferentes formas de associação parental? O sim é tosco, mas a justificativa do não a este questionamento exige maior esforço de inteligência. Não pensamos que os autores sintam tudo que colocam no papel. Mas, as implicações legais e, sobretudo, econômicas que uma mudança, no sentido de família, expressa nos livros didáticos de história pode ocasionar ajudam um pouco a explicar por que as famílias são, majoritariamente, unidades de organização política, social, econômica, forjadas por pais heterossexuais que produzem crias, que mais sofrem do que agem e, por isso, mereçam a proteção de todos.

O ato de representar famílias como elementos naturais, nucleares e formadas por pares heterossexuais que geram filhos é aqui entendido como uma iniciativa de construção linguística do real, a partir – não apenas das interdições ideológicas que configuram a mente de autores e editores, mas, ao contrário – das interdições ideológicas que configuram as mentes de alunos e, principalmente, de professores. Muitos professores e alunos são elementos de famílias ditas “desestruturadas”, no entanto e, por isso mesmo, estão – ou se sentem – impedidos de admitirem outra possibilidade que não seja a família “estruturada”. Isso ocorre, entre outras razões, porque o discurso midiático, financiado pelas igrejas e partidos políticos é muito eficiente.

Para além dessas interdições e observando as práticas de representação nas imagens e nos escritos dos livros didáticos, podemos afirmar que, na classificação da ação e do sofrimento das famílias, os autores respeitam, obviamente, os mesmos valores dos quais se servem para classificar os sujeitos individuais pessoais e as classes, os heróis, entre outros, qual seja: as ideias de bem e de mal. Ideias estas que ora se fundam na vulgata classista, baseada em Marx e nos marxistas, ora se orientam pela noção de dignidade humana que mescla doutrina dos direitos humanos e dos cidadãos e certa piedade cristã.

Assim, a família é um ser primordial. Sem família não há indivíduo, tampouco sociedade. Se os indivíduos pessoais têm aparência duradoura, isto é, são sujeitos de sua história – se são homens e mulheres, famílias, fabricantes de homens e mulheres e de outras famílias –, eles também devem ter feições duradouras e facilmente identificáveis. Nesse sentido, servem muito bem as características da família nuclear, inventadas há mais de 200 anos: pai, mãe, proteção do pai, sensibilidade da mãe, lar e nação. As separações ocorridas entre alguns desses entes, como vimos, são traumáticas e provocam piedade. A piedade deve ser vivenciada, mediante a memória para que seja, posteriormente – na idade adulta, quem sabe –, combatida qualquer ação que resulte no sofrimento das famílias.

Provavelmente, os fundamentos que parecem provir da mesma matriz, a ideia de homem originada do cristianismo – defensor do direito à diferença, inclusas as famílias monoparentais –, apresentam-se, paradoxalmente, incompatíveis com a inclusão dos arranjos familiares pós-modernos como sujeitos históricos. Além disso, impossibilitam o registro das principais modificações no modelo de família nuclear no tempo presente – que é uma operação bem mais simples, dado que a história do cotidiano e das sensibilidades já constitui um domínio historiográfico e foi transferido como tópico para grande parte dos livros didáticos de história.

A assimetria entre a família do tempo presente e a família no tempo presente dos livros didáticos, entretanto, não significa o fim da estrada. Se o discurso constrói o real, a atuação do professor, que é, em grande medida, linguística, pode muito bem ajustar o processo em favor de um “real mais realista”.

### **Fontes**

BRAIK, P. R.; MOTA, M. B. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. 2ed. São Paulo: Moderna, 2006. v. 4.

CABRINI, C., CATELLI JÚNIOR, R.; MONTELATTO, A. *História temática*. 4ed. São Paulo: Scipioni, 2009. v.4.

COTRIM, G.; RODRIGUES, J. *Saber e fazer História: história geral e do Brasil*. 6ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v.4.

DREGUER, R.; TOLEDO, E. *Nova história: conceitos e procedimentos* 2ed. São Paulo: Atual, 2009.

OLIVEIRA, M. C. C., FERRARESI, C. M.; SANTOS, A. P. *História em projetos*. 2ed. São Paulo: Ática, 2009. v.4.

RODRIGUES, J. E. *História em documento, imagem e texto*. São Paulo: FTD, 2009. v. 4.

### **Referências Bibliográficas**

ARÓSTEGUI, J. Os sujeitos da ação histórica. In: *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006, p. 325-331.

ARÓSTEGUI, J. *La historia vivida*. Sobre la historia del presente. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

CARLYLE, T. *Heroes and hero worship*. 1848. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/1091/1091-h/1091-h.htm>>. Acesso em 27 de abril de 2013.

FARIA, S. C. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FREYRE, G. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14 ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1970. v. 1.

GHASARIAN, C. Família, patronímico, genealogia. In: *Introdução ao estudo do parentesco*. Lisboa: Terramar, 1999, p. 37-48.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: *Homofobia e Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009, p. 47-61.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Disponível em: [http://pt.slideshare.net/UJS\\_Maringa/o-18-de-brumario-de-louis-bonaparte-karl-marx](http://pt.slideshare.net/UJS_Maringa/o-18-de-brumario-de-louis-bonaparte-karl-marx). Acesso em 13 de abril de 2013.

NIETZSCHE, F. II Consideração intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida. In: *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2005, p. 67-178.

NOIRIEL, G. *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1998.

PLEKHANOV, G. O papel do indivíduo na história. In: GARDNER, Patrick. *Teorias da história*. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 171-203.

RANKE, L. v. *Pueblos y estados en la historia moderna*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHARP, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 39-62.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 63-95.

RÜSEN, J. *Razão histórica: Teorias da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: EdUNB, 2001.

SAMARA, E. M. A história da família no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 7-35, set. 1988/fev. 1989.

\_\_\_\_\_. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*. Goiânia, v. 2, n. 2, p. 7-21, ju./dez.1997.

SANTOS, C. Novas formas de família: variações em torno do ciclo vital. In: *A parentalidade em famílias homossexuais com filhos: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004, p. 86-95.

SILVA, M. B. *Representações de homossexuais nos livros didáticos de história para os anos finais do ensino fundamental, distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (2005-2011)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

TERUYA, M. T. *A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas*. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000). Acesso em 11 de abril de 2013.

VIANA, C.; RAMIRES, L.. A eloquência do silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, v. 8, n. 16, p. 345-362, dez. 2008.

**RECEBIDO EM: 05/04/2016**  
**APROVADO EM: 15/06/2016**